

Teoria e Prática da Ciência Política

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

Teoria e Prática da Ciência Política

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 Teoria e prática da ciência política / Organizador Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-023-0

DOI 10.22533/at.ed.230182812

1. Ciência política. I. Campones, Kelly Cristina. II. Título.

CDD 320.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra: “Teoria e Prática da Ciência Política” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora que, em seu I volume, apresenta, 19 capítulos os quais possibilitam compreender e contextualizar as teorias políticas, sociais e educacionais que corroboram com campos de estudo tais como: da história, da administração pública, do direito, dos estudos voltados a economia, da educação, entre outros.

Compreende-se que, ampliar os conhecimentos acerca das teorias e práticas políticas possibilita ao leitor ressignificar conceitos e/ou (pré) conceitos existentes e sobretudo, da compreensão da (re) estruturação social abordadas.

Ressalta-se ainda, que o estudo dos autores apontados nesta obra é condição “cinequanon”, diante de um cenário que, envolve toda a luta histórica existente e que, permanece ainda tão conflituosa. Desta forma, os estudos escritos possibilitam a compreensão do funcionamento bem como, da estrutura e organização do Estado e suas múltiplas possibilidades especificamente descritas e compreendidas neste e-book, a partir dos anos de 1981 a 2015.

Ademais, enquanto sujeitos históricos e atuantes da sociedade desenvolver pesquisas voltadas e essa temática preconiza possibilidade de uma atuação “diferenciada” sendo capaz de trazer reflexões críticas pautadas no desenvolvimento político, econômico e social.

Cabe aqui também, agradecer aos autores dos diversos capítulos, pelo esforço e dedicação que implicam subjetivamente um objeto de pesquisa e, que se propuseram a retratar de forma tão ética e cuidadosa os aspectos diversos que compõe a esfera política.

Diante disso, esperamos que este e-book possibilite a incursão e anseio de mais pesquisadores para a escrita de trabalhos que agreguem no campo da: Teoria e Prática a Ciência Política, assim como as que estão estabelecidas nesta obra.

Boa leitura!

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO	
João Luis Binde André Valente do Couto José Vinicius da Costa Filho Ivo Assunção Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2301828121	
CAPÍTULO 2	24
DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?	
Simone Piletti Viscarra	
DOI 10.22533/at.ed.2301828122	
CAPÍTULO 3	51
CONSTITUIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA: O TRABALHADOR COMO CIDADÃO DE DIREITO À SAÚDE	
Fernanda Cristina Foss De Zorzi Angela Quintanilha Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2301828123	
CAPÍTULO 4	67
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Leilianne Francielle Silva, Luis Felipe Andrade Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2301828124	
CAPÍTULO 5	76
DEMOCRACIA, BUROCRACIA E TECNOCRACIA: TENSÕES DO PROJETO MODERNO	
João Roberto Gorini Gamba	
DOI 10.22533/at.ed.2301828125	
CAPÍTULO 6	94
DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Mônica Dias Martins	
DOI 10.22533/at.ed.2301828126	
CAPÍTULO 7	108
EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015	
Icaro Gabriel da Fonseca Engler	
DOI 10.22533/at.ed.2301828127	

CAPÍTULO 8	126
O BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF	
Patricia Nasser de Carvalho Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2301828128	
CAPÍTULO 9	145
O PODER LEGISLATIVO E A REFORMA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
Lisiane Granha Martins de Oliveira Lucilly Maria Caetano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2301828129	
CAPÍTULO 10	172
HERANÇA IBÉRICA, <i>JEITINHO</i> E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	
Leandro do Nascimento Rodrigues Martin Adamec Willian Washington Wives	
DOI 10.22533/at.ed.23018281210	
CAPÍTULO 11	193
MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS, FIDELIDADE E JANELA ELEITORAL: IMPACTO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS PARTIDOS POLÍTICOS	
Juliane Sant'Ana Bento Ana Paula de Almeida Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.23018281211	
CAPÍTULO 12	205
A (DES)ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS	
Daniel Ganem Misse	
DOI 10.22533/at.ed.23018281212	
CAPÍTULO 13	222
A ELITE JUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
José Vinicius da Costa Filho Ernani Rodrigues de Carvalho Neto João Luis Binde André Valente do Couto Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23018281213	
CAPÍTULO 14	239
POLÍTICA PÚBLICA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Celso Antônio Coelho Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.23018281214	

CAPÍTULO 15	254
MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.	
Rafael Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.23018281215	
CAPÍTULO 16	269
A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL	
Egberto Pereira dos Reis	
Jorge dos Santos Gomes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.23018281216	
CAPÍTULO 17	288
A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA	
Lucas Alberto Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23018281217	
CAPÍTULO 18	302
CITIZEN COMMUNICATIVE ECOSYSTEM: CONFIGURATIONS OF THE CITIZENSHIPS OF THE GLOBAL SOUTH.	
Sandra Nieto Useche	
DOI 10.22533/at.ed.23018281218	
CAPÍTULO 19	321
CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.23018281219	
SOBRE A ORGANIZADORA	336

DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?

Simone Piletti Viscarra

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora Adjunta na Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: simone.viscarra@univasf.edu.br. CV: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

RESUMO: Este estudo tem a finalidade de analisar a cultura política dos eleitores da cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul/Brasil) entre 1970 e 2013. Parte-se do pressuposto de que a materialização de um sistema democrático depende tanto de variáveis institucionais como de comportamentais. Em outras palavras, pressupõe-se que um sistema político maduro e estável precisa, além de instituições normativas bem estabelecidas, do apoio dos cidadãos a essas esferas. Considerando as transformações políticas no Brasil durante o período em análise, o foco do estudo é avaliar se as mudanças institucionais trazidas pela redemocratização impactaram, de alguma forma, a ação e a percepção política dos eleitores (cultura política). Para realizar a investigação foram empregados dados estatísticos sobre o interesse político, participação política formal, percepção do voto e da sua importância pelos eleitores de Porto Alegre. Tais informações derivaram de *surveys* aplicadas entre 1970 a

2013 com o apoio da UFRGS e do CNPq. Logo, este é um estudo de matriz teórica culturalista e de natureza quantitativa. A análise dos dados foi realizada por meio de frequências e regressão linear. Resultados preliminares indicam que é necessário repensar como a instauração da democracia está ocorrendo, uma vez que valores como o voto personalista e a baixa participação em partidos políticos pouco se alterou com o passar dos anos na cidade. Isso indica uma dicotomia entre valores culturais e normativos de apoio ao sistema político instaurado pós-1985 e torna ainda mais relevante conhecer a relação entre cultura política e instituições políticas, como inicialmente proposto pelo estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura política; Sistema democrático; Teoria culturalista

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, a implementação da democracia formal/procedimental e a presença de valores culturais que respaldem o sistema democrático encontra-se num cenário paradoxal. Essa situação é destacada por Moisés (2010) e Baquero (1997, 1998, 2004, 2011) ao demonstrarem empiricamente a existência de altos níveis de insatisfação, de desconfiança e de desinteresse político dos cidadãos

brasileiros. Considerando isso, a tese que norteia este estudo é a de que a dimensão institucional da democracia, ou democracia procedimental, pode influenciar a formação da cultura política dos cidadãos.

Tal influência sobre a formação da cultura política dos cidadãos pode ocorrer por meio da manutenção, ao longo dos anos, de espaços que promovam a socialização política dos cidadãos. Logo, o propósito deste estudo é avaliar se a participação das pessoas em determinados espaços gera subsídios capazes de promover uma cultura política de apoio ao sistema. Considerando isso, o intuito é verificar se, após 28 anos da reabertura política no Brasil (1985-2013), determinados espaços institucionais causam ou proporcionam algum impacto na formação da cultura política das pessoas. Para tal, este estudo será desenvolvido considerando a cidade de Porto Alegre (RS, Brasil), devido à abrangência temporal dos dados empíricos disponíveis (1968-2013, NUPERGS¹ e NUPESAL², Viscarra)

O recorte de análise está definido em torno da identificação e da participação das pessoas em partidos políticos, procurando-se saber se, e de que forma, tais espaços de socialização impactam na formação da cultura política das pessoas. Em relação à cultura política, essa será avaliada por meio de questões de interesse político, interesse pelo voto e dimensão do voto (personalista ou partidário). Dessa maneira, possibilita-se observar se a participação das pessoas em determinadas esferas de participação formal serve de espaço de socialização política e, assim, colaborar com a formação de cidadãos politicamente mais interessados e cívicos, cenário que ampliaria o apoio à democracia.

Em relação ao enquadramento teórico, este estudo tem como base os escritos sobre cultura política desenvolvidos por Almond e Verba em 1963 na obra *The Civic Culture*. A escolha se deve a dois aspectos: i) ao seu caráter metodológico, que defende o uso de dados empíricos para o teste de hipóteses, e ii) à percepção dos autores sobre as variáveis necessárias para a manutenção e para a promoção de um sistema democrático estável, que inclua a percepção e a avaliação dos cidadãos como significativas. O argumento da obra é o de reconhecimento dos atores sociais como seres centrais, cujas preferências, valores e comportamentos são significativos para o estabelecimento de um processo político estável. Os autores, ao descreverem como ocorre a formação da cultura política dos indivíduos, enfatizam a necessidade de se construírem estudos que foquem no processo de socialização dos cidadãos, ou seja, em como as pessoas adquirem seus valores sobre a esfera política. E é dentro desse argumento que este estudo se desenvolve.

Adicionalmente aos pressupostos culturalistas, o referencial teórico da investigação visa dialogar com a teoria institucionalista para a explicação das relações sociais e políticas e do desenvolvimento de sistemas democráticos. O objetivo é compreender se determinados espaços de participação política abertos após a redemocratização no

1 NUPERGS: Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense.

2 NUPESAL: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina.

Brasil, como os vinculados aos partidos políticos, estão causando algum impacto sobre os valores dos eleitores em relação à política. Assim, procura-se analisar a relação entre a formação de valores políticos e os atos de participação política. A hipótese que sustenta a investigação é de que a participação institucional impacta na construção da cultura política de Porto Alegre. O Quadro 1 apresenta a direção postulada para o conjunto das variáveis independentes e dependentes.

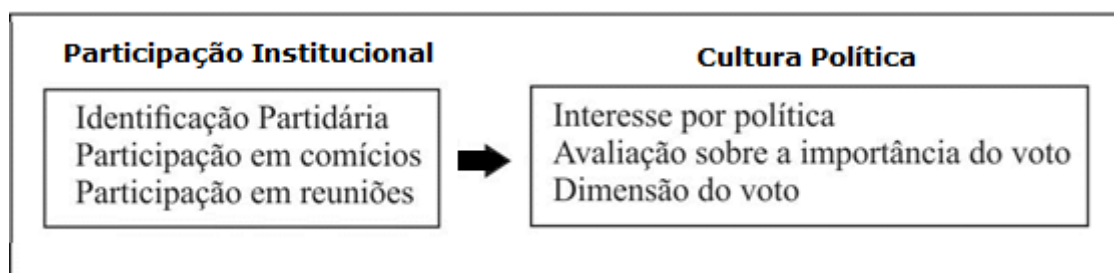
	Interesse por Política	Importância do voto	Dimensão do voto
Identificação Partidária	+	+	+
Participação em Comícios	+	+	+
Participação em Reuniões	+	+	+

Quadro 1- Hipóteses formuladas e sua direção*

O símbolo (+) indica uma correlação positiva entre as variáveis analisadas.

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados serão analisados em dois momentos. No primeiro vai apresentada uma estatística descritiva e no segundo momento vão empregadas técnicas estatísticas mais sofisticadas, como o teste de correlação e o de regressão múltipla. O quadro abaixo ilustra as variáveis que serão empregadas na análise.



Quadro 2- Variáveis empíricas entre 1968-2013

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados para construção da análise empírica.

Aqui finalizada a introdução e a apresentação dos objetivos, hipótese e metodologia do trabalho, a próxima seção descreve o referencial teórico.

2 | CULTURA POLÍTICA, INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO

O conceito de cultura política surge com o advento da perspectiva culturalista por volta dos anos de 1960/70. Os anos que seguem (até os dias atuais) configuraram-se em um cenário de forte disseminação dessa abordagem na academia. Enquanto a década de 1980 é marcada por uma bibliografia voltada para a questão da redemocratização política³, depois, a partir da metade da década seguinte de 1990, com a democracia mais presente, o foco passa a ser o entendimento de quais elementos auxiliam na

³ Entre alguns dos autores que tratam do tema e se destacam nesse período está Huntington (1994).

consolidação desse sistema. Ou seja, na virada do milênio, o debate na ciência política se direciona para o tema da própria definição, manutenção e qualidade da democracia, sendo um momento no qual o conceito de cultura política e os estudos de comportamento se tornam peças fundamentais. A justificativa dessa tendência é o cenário político do período, marcado pelo aumento da insatisfação e do ceticismo das pessoas com a esfera política, sobretudo nas novas democracias (BAQUERO, 1997, 1998, 2000, 2004, 2007, 2011; MOISÉS, 2008, 2010).

De acordo com Almond e Verba (1989), com o passar do tempo a história do conceito de cultura política se distancia do viés antropológico e se aproxima da psicologia social, que considera a cultura não um agregado ou um conjunto de valores da sociedade, mas o conjunto de valores dos indivíduos que formam a sociedade, entendendo-se que cada cidadão será mais ou menos cívico de acordo com a internalização dos valores. A questão da vertente passa a ser: Como atingir um modelo ideal de comportamento para que as instituições funcionem plenamente, e qual é a relação entre cultura e instituições? Para Almond, o papel das instituições é essencial na formulação da cultura política, pois o comportamento político é uma consequência da socialização política. Todavia, não é possível crer na visão autoritária do racionalismo, em que a simples alteração das regras e das estruturas institucionais modifica a cultura das pessoas. Os autores não definem a cultura política como uma teoria, mas como um quadro de variáveis que podem ser usadas na construção de um conhecimento, seja como variável dependente ou independente. Esse ponto é o que justifica a importância do desenvolvimento e do aumento de pesquisas tipo *survey*⁴.

O cenário da década de 1990 é o de uma democracia vitoriosa em diversas partes do mundo, porém com declínio do apoio popular. Norris (1999) descreve a existência de uma situação de mal-estar subjacente por parte das pessoas nesse período. Segundo a autora, a situação de desconfiança dos indivíduos com a política deve ser vista como um sinal de que os cidadãos estão mais críticos, exigindo mais do sistema democrático em vez de apenas serem contra ele. Assim, ela propõe analisar até que ponto existem motivos legítimos para se preocupar com o declínio do apoio popular nas instituições que representam as democracias. Outro objetivo de Norris foi compreender que fatores políticos, econômicos e sociais conduzem a dinâmica de apoio aos governos democráticos e estudar as consequências dessa análise e suas implicações no fortalecimento de governos democráticos.

Para responder a isso, Norris realiza uma revisão bibliográfica a respeito da

4 Isso diz respeito ao individualismo metodológico. Para Almond, essa metodologia tinha pelo menos quatro componentes: i) desenvolvimento de métodos de amostragem precisos; ii) maior sofisticação dos métodos de entrevista; iii) desenvolvimento de técnicas de escala e contagem; e iv) maior sofisticação estatística. Almond e Verba (1989) argumentam que o indivíduo não é um padrão único de comportamento, pois não possui uma racionalidade perfeita. Ele é um misto que combina várias formas, o que indica o comportamento real. Assim, conhecê-lo é fundamental para compreender a cultura política de uma sociedade e analisar a congruência entre sistema político e cultura política. Todavia, isso não exclui a importância que estruturas e instituições exercem sobre a formação da cultura política, que ocorre por meio da socialização (ALMOND; VERBA, 1963).

crise da democracia ocorrida nas décadas de 1960/1970/1980, quando essas teorias passaram a ser esquecidas devido ao aparecimento de ações políticas diretas⁵ e a democracia pareceu ser um caminho irreversível, embora o cenário internacional indicasse descrença e ceticismo por parte das pessoas sobre os sistemas estabelecidos, principalmente em regiões pobres. Norris verifica o declínio de apoio político, o que não significa, necessariamente, a rejeição ao regime que sustenta essas pessoas. A rejeição a um governo pode refletir-se na ausência de engajamento, mas sem relação causal com o descrédito a toda questão política, pois essa falta de participação pode indicar o aumento de cidadãos críticos, o que não significa que eles se posicionassem contrários à democracia (NORRIS, 1999).

Outro autor de destaque é Ronald Inglehart, cujas publicações se destacam por analisar empiricamente a relação entre valores culturais e desenvolvimento econômico. Entre 1971 e 1977, o autor descreveu o pressuposto de que uma transformação está ocorrendo na cultura política de sociedades industriais avançadas. Segundo ele, isso podia ser identificado pela alteração dos valores básicos das pessoas, o que seria o resultado das modificações nas condições de vida dos indivíduos, que, por sua vez, alteram o processo de socialização (INGLEHART, 1971, 1977). Sob a hipótese de que os homens possuem diferentes desejos e necessidades de acordo com seu ambiente, Inglehart afirma que as sociedades passam por diferentes estágios, sendo um deles o voltado para a segurança econômica. Para ele, o grau de desenvolvimento econômico, que pode ser visto pela classe social do cidadão, pode servir de variável explicativa para alguns dos seus posicionamentos, como o político (INGLEHART, 1971). As conclusões do autor indicam que a alteração dos valores básicos e prioritários dos seres humanos é resultado de diferentes causas, entre elas o grau de segurança econômica da sociedade em que a pessoa vive (INGLEHART, 1971, 1977).

Influenciado por Almond e Verba (1963), Inglehart define a cultura como o sistema de atitudes, valores e conhecimentos reconhecidos por uma sociedade e repassados de geração a geração. Para ele, as atitudes são moldadas pelas orientações subjetivas do indivíduo, que são o resultado e o reflexo do processo de socialização das pessoas, não podendo uma ação ser considerada apenas o resultado de fatores externos. Nesse ponto, a questão da economia política é destacada pelo autor como uma variável que pode modelar e ser modelada por questões culturais, sendo cultura uma variável interveniente que auxilia na explicação do desenvolvimento econômico, mas que não necessariamente conduz à emergência de uma democracia moderna ou de massa. Na obra de 1997, o autor deixa mais claro o argumento sobre o desenvolvimento econômico e as mudanças culturais e políticas. Segundo ele, esses três campos caminham juntos e de maneira coerente, o que permite a identificação de padrões de mudança e, assim, sua previsão. Todavia, tais mudanças não ocorrem de modo rápido, senão dentro de um período temporal com intervalos variados. A alteração da visão das pessoas em relação a seu mundo e a seus valores, que se volta para

⁵ Destaca-se, nesse período, o trabalho de Huntington (1994).

uma racionalidade secular, conduz mudanças que afetam todas as estruturas que compõem essa sociedade, incluindo as instituições políticas.

Adiciona-se a esse debate a obra de O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002)⁶, obra na qual a concepção de democracia não diz respeito apenas ao regime político normativo da localidade, mas também ao cidadão como ponto importante para a sustentação do sistema. Segundo os autores, os sistemas políticos latino-americanos são, na sua maioria, democráticos, embora com Estados ainda autoritários e com sociedades profundamente desiguais. Tais fatores impedem as pessoas de adquirir e de exercer plenamente seu papel de cidadão.

Um exemplo disso pode ser visto nos altos níveis de insatisfação das pessoas, que, segundo O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002), se devem à incapacidade dos governos de lidar com problemas sociais e econômicos. Considerando tal panorama, essa obra de 2002 se volta a mostrar uma nova perspectiva sobre o tema da qualidade democrática⁷. Segundo a mesma obra, a qualidade da democracia depende da combinação de cidadãos ativos e de quesitos institucionais, pois a avaliação dos atributos da democracia normativa, como votações livres ou regras claras, diria pouco sobre as características do eleitorado. Seria preciso entender esse grupo para se avaliar o sistema, ou seja, a instauração da democracia é resultado de todo um conjunto de fatores institucionalizados pelos cidadãos. Assim, para avaliá-la, é preciso entender tanto o seu significado para os agentes quanto o grau de informação política, nível de participação, conhecimento, preferências e opiniões desses, e não apenas a verificação do cumprimento de leis e liberdades (O'DONNELL, CULLELL; IAZZETTA, 2002). A questão, então, segundo essa obra, é saber que condições permitem e estimulam os agentes a exercerem seus direitos, pois o sistema democrático não emerge apenas de instituições e de procedimentos, mas também do exercício dos seus agentes.

Nessa perspectiva, e empregando o conceito de cultura política, estão as contribuições de Moisés (2010) sobre o Brasil. Ele emprega variáveis indicadoras de autoritarismo para verificar se a instauração de estruturas democráticas alterou a cultura política das pessoas⁸. Moisés defende que a desconfiança dos cidadãos geraria uma ambivalência política, uma vez que influenciaria os níveis de adesão das pessoas ao regime. O conceito de confiança implica reciprocidade entre todos os envolvidos, gerando segurança, pois confiar implica cooperar e reduzir riscos⁹. Essa definição do termo “confiança” envolve não somente relações interpessoais, mas também as

6 Essa obra resultou de um seminário realizado em 2002 para discutir a experiência realizada na Costa Rica em 1997.

7 Emprega-se o conceito de auditoria cidadã. Na democracia, esses sistemas e instituições (reguladores) devem ser postos a três formas de auditoria: i) vertical eleitoral, via eleições; ii) vertical de caráter social, exercida via grupos de pressão da sociedade; e iii) horizontal via instituições autorizadas, que podem punir ações (O'DONNELL, CULLELL; IAZZETTA, 2002).

8 Ele realiza uma análise comparada entre diferentes localidades que integram o banco de dados do Latino Barômetro entre 2002-2004.

9 Nesse ponto, o autor utiliza as ideias de Putnam (2002).

relações com as instituições¹⁰ e, por isso, pode servir como indicador da qualidade democrática. Para o autor, o aprendizado das pessoas sobre as suas instituições varia com a sua experiência; portanto, não basta analisar o comportamento das pessoas estruturalmente. É preciso também considerar elementos históricos e socioculturais que o formam. É a interação das pessoas com as instituições que molda parte das crenças, dos valores e dos comportamentos dos cidadãos com a política, fato esse que descarta a ideia de que a aprendizagem sobre as instituições ocorre apenas de maneira primária, como se acreditava. Passa-se a acreditar que ela é resultado das interações que as pessoas estabelecem ao longo da sua vida, durante todo o seu processo de socialização.

Desse modo, não se pode avaliar uma instituição em abstrato, o que torna imprescindível anexar argumentos provenientes da análise culturalista e institucionalista, para, então, produzir uma estratégia analítica mais equilibrada. Deve-se considerar que a implementação de estruturas democráticas por si só não conduz ao estabelecimento de uma cultura política democrática, pois ainda se verifica a permanência de valores autoritários entre as pessoas. É o desempenho das instituições ao longo do tempo que produz alterações na cultura política das pessoas. Mesmo assim, para Moisés, a existência de um cenário ambivalente não põe a democracia em risco imediato, porque, em nível formal, as pessoas tendem mais a desejar viver em sistemas democráticos. Se, porém, esse panorama de desconfiança não implica risco imediata, visto por outro aspecto indica a qualidade da democracia, cujos baixos níveis de confiança significam que o sistema não está cumprindo seu papel de contribuir na formação dos cidadãos.

Outra referência sobre Brasil é Baquero (1997, 1998, 2000, 2004, 2007, 2011). Próximo a Moisés, ele defende que as instituições não são as únicas variáveis responsáveis pelo desenvolvimento da democracia. Com uma visão maximalista, Baquero agrega a importância do apoio dos indivíduos para o estabelecimento de um sistema democrático pleno. Ele emprega, como justificativa do seu posicionamento, a atual descrença dos eleitores nos partidos políticos. Como poderiam eleições mediadas por partidos, que, mesmo quando estáveis, não representam o interesse das pessoas, serem plenamente legítimas? Assim, Baquero (1997, 1998, 2000, 2004, 2011) argumenta que a compreensão da democracia precisa ir além do caráter institucional, incluindo outros fatores que expliquem o desenvolvimento democrático, como os fatores culturais. Para ele, os desafios do fortalecimento democrático estão em: i) criar condições necessárias para avançar no processo de democratização por meio de maior coesão social e ii) criar uma cultura política orientada pela legalidade e pela responsabilidade de estimular os governos democráticos a realizarem reformas que fomentem o desenvolvimento humano sustentável, pois as reformas instauradas até então não têm conseguido alterar os desequilíbrios herdados.

11. Nesse ponto, ele faz referência ao conceito de accountability, que diz respeito à obrigação dos líderes políticos de, quando inquiridos, responderem às demandas dos que os elegeram. Esse conceito, em português, pode ser traduzido como “responsabilização”.

Outra contribuição do autor é a valorização que ele dá a aspectos históricos para a compreensão da cultura política de uma sociedade. Segundo ele, esses aspectos podem explicar, em grande parte, a presença, ou a ausência, de valores que contribuem para a estabilidade democrática, como os valores de senso de comunidade ou de pertencimento a um grupo social (BAQUERO, 1997). É o estudo do passado de uma localidade e a identificação das características que permaneceram ao longo dos anos que pode auxiliar na compreensão das características atuais. Baquero (1997, 2004) conclui que apenas a instauração da democracia não garante o surgimento de práticas democráticas nas pessoas. Isso não significa negar as transições políticas pelas quais a América Latina passou, principalmente aquelas ocorridas durante as décadas de 1970 e 1980 e que alteraram, de algum modo, a forma de pensar das pessoas, mas afirmar que essas transformações não foram suficientes para que os cidadãos dessas localidades se tornassem autossuficientes politicamente. Tal constatação não minimiza a importância das reformas de Estado ou institucionais, mas enfatiza que, se não forem suprimidos problemas como a desigualdade social e econômica e valores políticos tradicionais, uma reforma procedimental por si não resultará em certeza plena quanto ao futuro da cidadania (BAQUERO, 1997, 2004).

Dentro da teoria culturalista cabe também destacar, para este trabalho, o conceito de participação política. No caso de sistemas democráticos, a participação deve ser vista como um direito dos cidadãos (CORNWALL; ROMANO; SHANKLAND, 2008). Logo, o estudo emprega o conceito de participação política relacionada à ideia de cidadania e, assim, de democracia. Segundo Verba, Scholzman e Brady (1995), participação política diz respeito ao ato de comunicar-se e existem diferentes formas de se estabelecer essa comunicação ou troca de informações. Ela ocorre com base no tipo de participação e/ou de atividade que a pessoa escolhe para nela se envolver. A participação é o resultado da combinação entre os custos envolvidos na ação e os resultados que a pessoa pode alcançar (VERBA; SCHOLZMAN; BRADY, 1995). Em anos mais recentes, Teorrell, Torcal e Montero (2007) debatem o conceito de participação política dentro do escopo da definição de democracia. Os autores argumentam que a concepção de democracia moderna coloca como central o papel da cidadania. Dessa forma, o conceito de participação política se torna relevante quando se objetiva compreender a qualidade desse sistema, uma vez que ele permite avaliar tanto o desenvolvimento do sistema político quanto a influência que tem sobre a vida das pessoas. Isso ocorre, no primeiro caso, por meio de esferas participativas que possam existir e, no segundo, pela interação das pessoas com tais esferas e oportunidades. Além disso, para que a esfera participativa se consolide, é necessário que haja mais do que instituições. É indispensável que exista uma cultura cívica que as respalde.

Como pôde ser observado, os autores defendem a importância da participação das pessoas e posicionam o conceito de cidadania como relevante (LAWY; BIESTA, 2006), pois o processo de socialização, e também o de formação da cultura política dos

indivíduos, está relacionado com o seu papel político (DAVIES; GORARD; MCGUINN, 2005; SKOGEN, 2010). Com base nesse argumento, uma das discussões centrais da ciência política atual recai sobre a forma de se preparar e de se aprimorar as pessoas para serem cidadãos. Os valores cívicos e democráticos das pessoas se universalizam pela rotina e pelo hábito, sendo a participação política parte do processo de aprendizado (HELD, 1997; PATEMAN, 1992). É como se houvesse um círculo virtuoso em que, quanto mais o indivíduo participa, mais ele se sente compelido a participar. E a internalização desses valores cívicos de suporte ao sistema decorre dessas atividades que formam agentes protagônicos que fortalecem a consolidação e a estabilidade da democracia (CASTRO, 2000).

É considerando a relação entre tais variáveis que aqui se estuda a situação de Porto Alegre. O objetivo é realizar uma análise evolutiva da cultura política da cidade durante o período de 1968 e 2013. Os resultados servem de subsídio para se compreender se determinados espaços abertos no pós-1985 têm alterado a cultura política da cidade, e em qual sentido isso ocorre. Assim sendo, avalia-se se os espaços institucionais, como aqueles abertos pelos partidos políticos, estão alterando a cultura política das pessoas.

3 | ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

A análise será realizada com base nas pesquisas de opinião sobre participação e interesse políticos realizadas entre 1968 e 2013 na cidade. Os primeiros dados descrevem a identidade partidária do eleitorado da cidade (Gráfico 1).

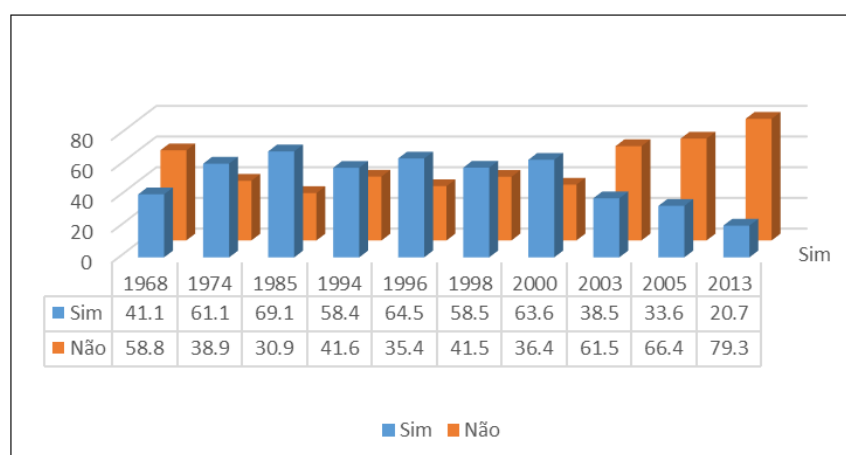


Gráfico 1. Identificação partidária (%)

Fonte: NUPESAL *Surveys* sobre cultura política e participação política (1968-2013).

Os dados do Gráfico 1 demonstram que, durante o período de 1968-2013, a população de Porto Alegre diminuiu sua identificação com os partidos políticos. Em 1968, quando o Brasil se encontrava no período ditatorial, 41% dos respondentes afirmavam possuir alguma identificação com partidos. Esse valor sobe para 61% em 1974. Em 1985, o resultado apresenta um aumento de oito pontos percentuais para

o ano anterior. Assim, chega-se em 1985 com quase 70% de respostas positivas. Durante os anos de 1990 começa-se a observar uma queda na identificação partidária dos eleitores. Isso é visualizado em 1994, com 11 pontos percentuais, taxa inferior à das pesquisas anteriores. Para 1998, o cenário era de uma economia mais estável, embora pautada em medidas não bem avaliadas pela população. Isso é observado nos baixos índices de aprovação e apoio ao governo Fernando Henrique Cardoso¹¹. Para os anos 2000, observa-se o aumento inicial de quase 5 pontos percentuais no número de respostas positivas. Todavia, esse valor não se mantém nas pesquisas posteriores.

As coletas realizadas nos anos seguintes são de queda constante na identificação partidária dos eleitores de Porto Alegre, sobretudo entre 2000 e 2003. Logo, o que fica evidenciado nas últimas *surveys* é uma forte queda no número de eleitores que afirmam ter algum tipo de preferência ou identificação partidária. Essa queda vai de quase 40%, em 2003, para 21%, em 2013.

Considerada essa variável, a próxima etapa corresponde à participação política dos entrevistados. Inicia-se a análise observando as respostas referentes ao comparecimento das pessoas a comícios. Os dados estão dispostos no Gráfico 2, abaixo.

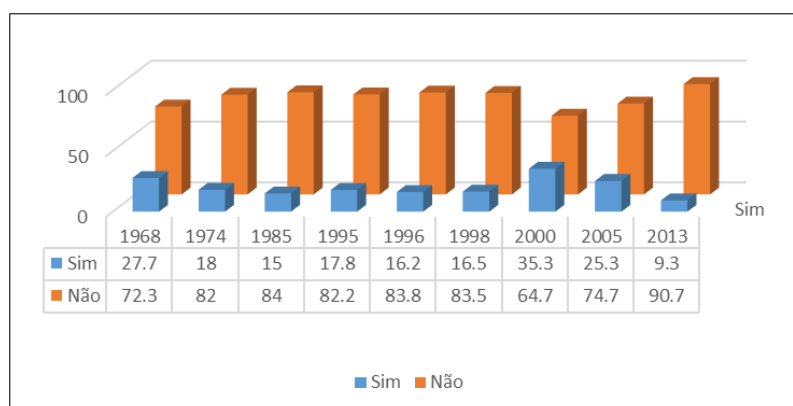


Gráfico 2. Compareceu a comícios (%)

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Observa-se que, em 1968, 28% de respostas eram positivas. Esse valor cai quase dez pontos percentuais em 1974, chegando a 18% e continua em queda. Apresentando um resultado de três pontos percentuais menor do que o da pesquisa de 1974, em 1985 alcançam-se apenas 15% de respostas na mesma direção. Ou seja, as informações evidenciam que, do período militar ao de abertura política, o cenário foi de aumento do distanciamento popular da esfera política por meio de atividade direta em comícios. Como na descrição anterior, os anos entre 1974 e 1990 foram de

¹¹ Segundo o IBOPE, o período 1998-1999 foi de forte queda para o governo FHC (de 58% a 35%). Maiores detalhes em: <http://veja.abril.com.br/040401/p_040.html>.

grande transformação no cenário político brasileiro. Em relação aos dados empíricos para a década seguinte, 1990 (1995, 1996, 1998), o panorama é de estabilidade e de proximidade com o resultado de 1985 no número de respondentes que participaram de comícios. A média desse período foi de 17% de respostas positivas. Logo, o que se observa é a manutenção da queda do final da década de 1980 para todo o período de 1990.

Em relação ao ano de 2000, ele apresenta um cenário mais participativo, com aumento de quase vinte pontos percentuais de respostas de eleitores afirmando que participam de comícios políticos. Todavia, tal cenário não se mantém nos anos seguintes (2005). Tal queda coincide com a descoberta do escândalo de corrupção chamado “Mensalão”, fato que pode ser considerado uma das causas do afastamento dos cidadãos em relação à esfera político-partidária. Na sequência, observa-se novamente uma queda nos dados observados, que alcançam seu menor nível durante toda a coleta. Assim, chega-se a 2013 com menos de 10% dos respondentes dizendo que participavam de comícios.

Consideradas as questões sobre participação convencional, anteriormente analisadas, estima-se que os dados para esse indicador também serão pouco elevados. Os resultados são demonstrados no Gráfico 4, abaixo.

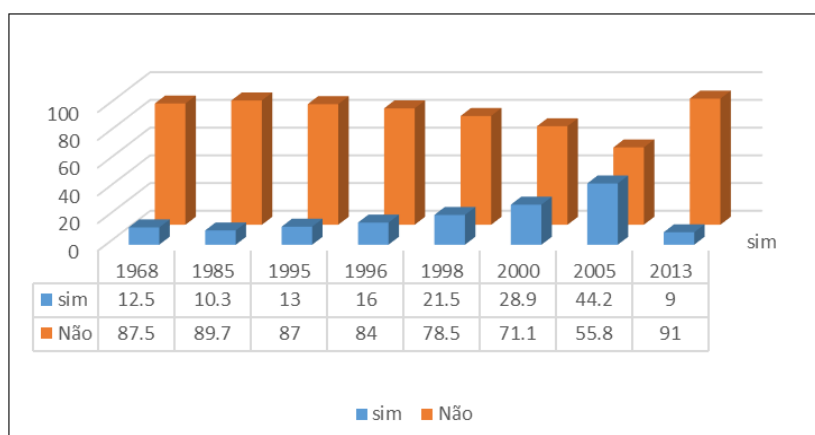


Gráfico 3. Participou de reuniões políticas

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Os dados ilustram que, em 1968, durante a época militar, nem 15% das pessoas participavam dessa forma de atividade. No período de abertura política, em 1985, essa dimensão era ainda menor, diminuindo dois pontos percentuais e ficando em 10%. Para os primeiros anos de democracia, esse panorama se fortaleceu, porém continuou com valores pequenos. Em 1995 esse valor era de 13% e, em 1996, de 16%. Para os anos seguintes, 1996-2005, o cenário se mostrou mais positivo, tendo-se observado um aumento constante entre 1996, 1998 e 2000, sobretudo entre 2000 e 2005, quando a dimensão aumenta em 14 pontos percentuais. Todavia, o aumento registrado nesse período não se mantém para os anos seguintes. Isso foi registrado

quanto ao ano de 2013, quando esse valor caiu para menos de 10 pontos percentuais. Logo, observa-se um panorama de fraca participação nesse quesito ao longo de todo período, em especial no de abertura política e de início da democracia.

Aprofundando a questão da participação política, o próximo indicador diz respeito ao comportamento dos respondentes em relação às atividades realizadas de forma gratuita (seja atuando como fiscal, mesário, observador, etc.).

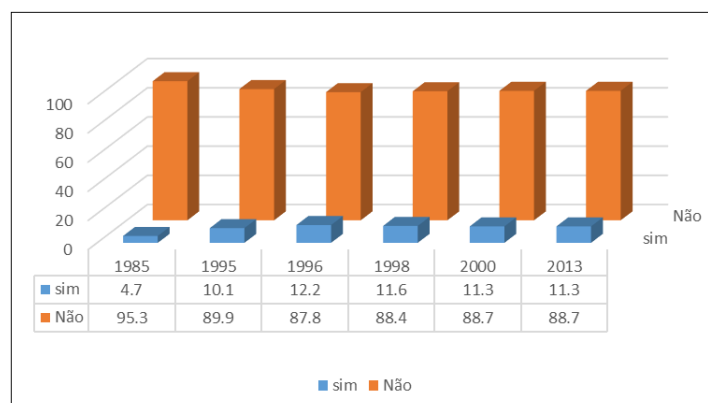


Gráfico 4. Realizou trabalho gratuito (%)

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPEAL, 1985-2013.

É possível observar que, entre 1985 e 1995, o aumento de respostas positivas para essa questão é de cinco pontos percentuais, pois em 1985 menos de 5% dos entrevistados responderam “sim” quando perguntados se atuavam em alguma atividade política gratuita. Já em 1995, esse valor foi de 10%. Cabe salientar que, no ano de 1985, as atividades eleitorais no Brasil ainda eram bastante incipientes, uma vez que, até 1980, o país contava com um sistema bipartidário que permitia votação direta apenas para alguns cargos políticos.

Os anos após 1990 foram marcados pela concretização da abertura política no Brasil. Esperava-se que a porcentagem de pessoas atuando gratuitamente em alguma esfera eleitoral aumentasse. Outro aumento, embora bastante tímido, ocorreu em 1996, quando esse valor alcançou 12,2% de respostas positivas. Esse nível se manteve praticamente constante para as *surveys* seguintes, variando menos de um ponto percentual entre cada ano. Para essa última *survey*, o nível de respostas positivas foi de 11%. A análise dos dados sobre participação (em comícios, em reuniões, em trabalho gratuito e em contribuição financeira) entre 1968 a 2013 sinaliza a continuidade da baixa participação e o fraco envolvimento da sociedade porto-alegrense em atividades políticas convencionais.

Considerado isso, na próxima subseção são apresentadas as questões sobre o interesse político dos eleitores de Porto Alegre. O interesse das pessoas pela política é resultado do processo de socialização que ocorre durante a infância, a adolescência e a vida adulta. Assim, a proposta de formular questões sobre o interesse político dos entrevistados decorre da importância de verificar se, em Porto Alegre, houve aumento de uma cultura política interessada em buscar informações sobre o mundo da política,

sobretudo após o período de 1985. Os dados sobre o interesse dos respondentes pela política são ilustrados no Gráfico 6.

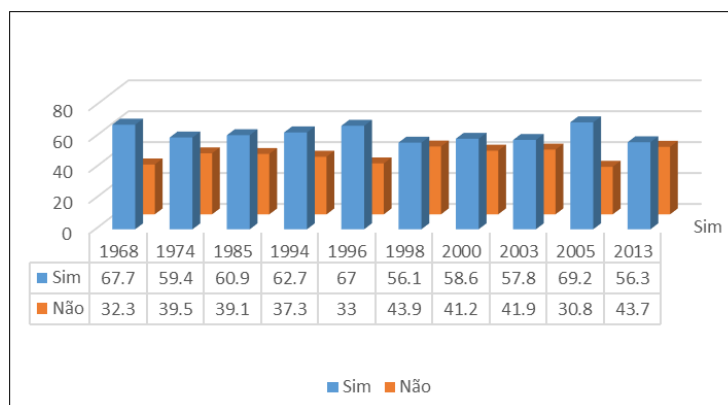


Gráfico 5. Interesse por política (%)

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Na pesquisa realizada em Porto Alegre entre 1968 e 2013 se percebe que a maioria dos respondentes tem interesse por política, o que é uma tendência positiva em relação à busca por informações políticas. Isso se observa desde as pesquisas de 1968, quando os resultados positivos para essa questão foram superiores a 55%. Entretanto, observa-se que, entre 1968 e 1985, no período político militar, a porcentagem de pessoas interessadas politicamente decresceu, em especial de 1968 a 1974, aproximadamente 7 pontos percentuais e, em 1985, se manteve estável. Esse decréscimo se torna especialmente interessante devido ao contexto da época, sobretudo entre 1974 e 1985, quando o Brasil voltou a ser um sistema multipartidário e a ter eleições diretas para determinados cargos políticos. Ou seja, a leitura da distribuição de frequência dos dados não indica uma relação positiva entre o processo de abertura política do país e o interesse político dos entrevistados, já que não se observam profundas alterações. Para 1994 e 1996, os dados apresentaram um ligeiro aumento em relação às pesquisas anteriores, pois se chegou a 1996 com 67% dos respondentes afirmando se interessarem pela política. Entre 1998 e 2003, a média de respostas positivas se manteve constante em torno de 56%, valor que obteve um aumento em 2005, pico mais alto de todo período, apresentando 69,2%. Todavia, tal situação não perdurou na *survey* de 2013, na qual o percentual de respondentes com algum tipo de interesse cai 13 pontos, chegando a 56%. Assim, os dados permitem que se afirme que a sociedade porto-alegrense constitui um eleitorado interessado pela política, mas de participação frágil.

Considerando a história da política brasileira e o passado da cidade observada, considera-se aqui o estudo do voto como uma forma de análise da cultura política dessa sociedade. Considerado isso, as respostas sobre a forma como as pessoas se portariam caso o voto fosse facultativo são apresentadas no Gráfico 10.

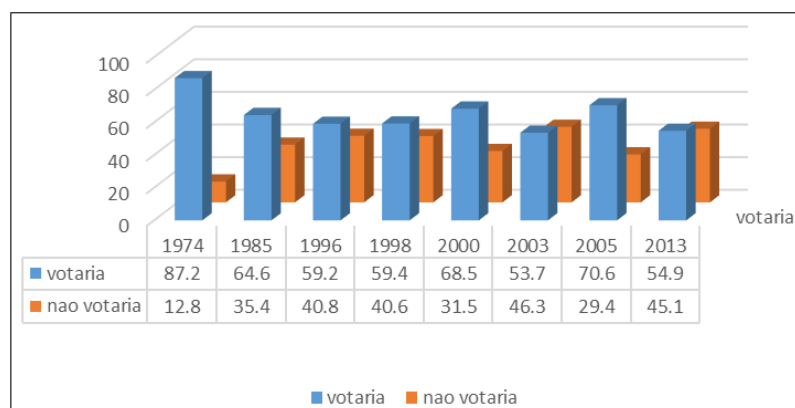


Gráfico 6. Votaria mesmo que não fosse obrigatório (%)

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Visualizando o gráfico, é notória a pretensão da população da cidade de votar, já que, para todos os anos, o número de respostas positivas foi superior a 53%. Entretanto, esse valor decresce com os anos, pois em 1974, quando, mesmo sob o regime militar, aproximadamente 87% dos respondentes afirmaram que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório no país. Em 1985, quando já havia eleições diretas para diversos cargos, o cenário ficou menos otimista, pois houve uma queda de quase 20 pontos percentuais em relação a 1974, apresentando-se apenas 65% de intenção de voto. Tal queda volta a ocorrer na pesquisa seguinte, em 1996, embora de forma menos intensa. Com 5 pontos percentuais a menos do que no caso anterior, o ano de 1996 apresentou 59% de respostas positivas quanto ao voto, valor que se manteve em 1998. Para 2000, o resultado aumentou 10 pontos percentuais, embora isso não se sustentasse até 2003, quando se observou um cenário menos positivo, com 54% de respostas positivas, o menor valor observado até o período. O panorama de instabilidade, devido à constante oscilação na porcentagem de respostas positivas para essa questão ficou ainda mais evidente em 2005, pois, após o menor nível de respostas “votaria” em 2003, a *survey* de 2005 apresentou o maior resultado de todo o período democrático, com 70% dos respondentes afirmando que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. Todavia, isso não se manteve e em 2013 esse resultado voltou a diminuir e ficou em torno de 55%.

Completando a análise sobre o voto, o próximo gráfico avalia a sua dimensão.

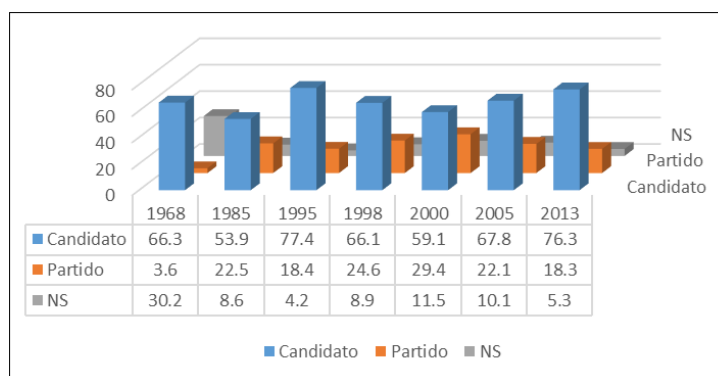


Gráfico 7. Dimensão do voto: pessoa ou partido (%)

Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPELAL, 1985-2013.

Em 1968, menos de 4% utilizava esse critério de votar em partido, contra 66% que votavam levando a pessoa do candidato em consideração. Com o início da reabertura brasileira, o ano de 1985 apresentou informações mais consistentes, 22% que votariam em partido. A porcentagem que votaria de acordo com a pessoa do candidato ficou reduzida para 54%. Com uma porcentagem de respostas inferior à de 1995, o ano de 1998 atingiu 66% de respostas positivas em relação à pessoa do candidato. Para o ano 2000 novamente se registra uma queda no número de respostas favoráveis à pessoa do candidato, apenas atingindo 60%. O ponto mais significativo desse ano de 2000 se deu em relação à significância dos partidos políticos, pois é nessa coleta que se registra o pico mais alto de respostas positivas dessa variável. Em 2005 o voto personalista regrediu, chegando a níveis próximos aos de 1968 e de 1998. Até então, fica clara a instabilidade nos níveis de respostas personalistas, que, apesar de alterarem em torno de 10 pontos percentuais para cada survey, sempre estiveram próximos aos 60%. Por último, ressalta-se que o mesmo padrão é encontrado no número de pessoas indecisas. Uma forte mudança entre 1968 e 1985, que cai de 30% para 9%, seguida por uma nova queda em 1995. Tal valor dobra no ano seguinte, em 1995. Durante 2000 e 2005, os resultados são próximos, com uma média de 10,5%, valor que cai pela metade em 2013.

Assim, observa-se que ainda há uma elevada presença do voto personalista entre os eleitores de Porto Alegre e uma manutenção da baixa importância dos partidos políticos entre os eleitores, uma vez que os dados revelam predominância da decisão do voto pelo candidato. Todavia, o número de indecisos sobre o que é mais relevante na hora de votar, a pessoa ou o partido do candidato, diminuiu consideravelmente durante os anos em análise.

Terminada a primeira etapa da análise empírica, a segunda análise apresenta os resultados da regressão múltipla realizada com base nas hipóteses do trabalho. O resultado obtido permite que se realizem as próximas análises considerando as variáveis **Identificação Partidária**, **Participação em Comícios** e **Participação em Reuniões** como as variáveis independentes, e as de **Interesse por Política**, **Avaliação**

sobre Importância do Voto e Dimensão do Voto como dependentes. Dessa maneira, elabora-se uma análise evolutiva da relação entre as variáveis de participação política e de identificação partidária com a cultura política. Os dados que serão analisados compreendem o período entre 1985 a 2013. O quadro abaixo sintetiza os resultados decorrentes das regressões analisadas por ano.

Variável Ano	Identificação partidária			Participação em comícios			Participação em reuniões		
	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto
1985	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-
1996	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-
2000	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-
2005	-	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-
2013	Sim	Sim	Sim	-	-	-	Sim	Sim	-

Quadro 3- Comparação evolutiva das regressões

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Os resultados completos estão no Anexo 1.

A comparação temporal dos resultados destaca três pontos. O primeiro é a existência de direcionalidade entre as variáveis observadas. Em todas as correlações, observou-se um resultado positivo das variáveis, embora nem sempre significativo. O resultado permitiu a continuidade do estudo e a definição das variáveis de identificação partidária e participação em comícios e reuniões como o grupo de variáveis independentes; ao passo que interesse por política, importância do voto e voto partidário foram consideradas variáveis dependentes.

Os anos de 1985 e 1996, nessa ordem, foram os que apresentaram menores relações causais entre as independentes e dependentes, indicando, nesse sentido, que, com o passar dos anos, as variáveis de participação convencional e de identificação partidária podem ser consideradas mais relevantes para a compreensão da cultura política de uma sociedade. O terceiro ponto diz respeito à oscilação na relação causal entre as variáveis, contudo os resultados foram positivos na maioria dos anos, mesmo se mostrando baixos ou com pouca significância no teste de causalidade. A conjuntura dos resultados revela um cenário que ainda necessita ser explorado, sobretudo sob a luz de mais e novas hipóteses, e de maneira mais aprofundada, procurando-se descobrir de que forma esses espaços institucionais estão sendo implantados no Brasil. Os efeitos da regressão revelam a importância de tais espaços formais na formação da cultura cívica da sociedade, ao mesmo tempo indicam que a forma como eles estão sendo implementados necessita ser repensada, uma vez que eles não alcançam de forma intensa o objetivo de auxiliar na composição de uma cultura cívica de apoio ao sistema democrático.

Segundo a teoria institucionalista e o conceito de socialização política, a promoção de normas, de leis e de processos implementados de maneira correta dentro de uma sociedade seriam alguns dos agentes responsáveis por definir e formar os valores

e as avaliações das pessoas sobre política e, com isso, seu comportamento. Os resultados da regressão indicam a existência dessa relação, contudo de forma ainda incipiente, devido aos baixos preditores explicativos nos últimos anos. Assim, trata-se não de negar o pressuposto institucionalista sobre a importância de tais instituições e seus espaços de comunicação entre leitores e governo para a formação da cultura política das pessoas, mas de se questionar se tais mecanismos e espaços estão sendo implementados de maneira profícua.

4 | CONCLUSÃO

O trabalho examinou a cultura política dos cidadãos porto-alegrenses durante os últimos 45 anos (1968 – 2013). A análise foi viável pela disponibilidade dos bancos de dados quantitativos sobre participação e interesse político desenvolvidos pelo NUPERGS e NUPESAL e pelo apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em termos teóricos, a abordagem empregada na análise dos dados diz respeito à cultura política. A cultura política diz respeito às características que formam os valores, os comportamentos e as atitudes políticas de um grupo social. Assim, o estudo considerou a importância de valores avaliativos para a compreensão do comportamento político das pessoas e baseou-se no argumento de que a formação da cultura política da sociedade depende da interação dos indivíduos com o seu ambiente. Com vistas a complementar o debate, utilizou-se o conceito de participação política.

O objetivo da análise foi verificar se, no período de abertura política iniciado nos últimos anos 1980 e, mais atualmente, ocorreu a implementação e a consolidação da democracia. Quanto a isso, pelos dados obtidos, alterações no comportamento político das pessoas em Porto Alegre foram observadas. Analisado o comportamento político das pessoas do período, o objetivo seguinte foi verificar a hipótese de que variáveis de participação institucional, como as vinculadas a partidos, impactaram e impactam na construção da cultura política do indivíduo da localidade.

Para tal, a análise empírica foi realizada em duas etapas. A primeira, mais descritiva, avaliou se o interesse, a participação política e a percepção das pessoas sobre o voto e sobre os partidos foram alterados durante os últimos 45 anos. A abrangência dos dados permitiu caracterizar, de forma empírica, a cultura política da cidade nas últimas décadas e, assim, avaliar se existe um processo de continuidade ou de alteração de determinadas características da cultura política da localidade. Desse modo, observou-se que, com o passar dos anos, com a democracia já implementada no país, o interesse dos eleitores de Porto Alegre pela política, pelo voto e por partidos se modificou.

O conjunto de informações analisado evidenciou uma situação de continuidade e a existência de um eleitorado cívico ainda iminente na cidade. Do ponto de vista atitudinal, os porto-alegrenses apresentam uma baixa participação nos quesitos avaliados (identificação partidária, participação em comícios, participação em reuniões,

interesse por política, importância do voto, dimensão do voto). Logo, o cenário é de certo ceticismo e de distanciamento em relação à participação política das pessoas na esfera partidária, seja na sua identificação com essa esfera ou na participação em reuniões ou em comícios.

A leitura das frequências descreve poucas alterações durante os últimos 45 anos analisados. Os dados verificados ressaltam um panorama de afastamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos, uma estabilidade em relação à identificação partidária e queda do voto partidário. Assim, as informações obtidas salientam uma situação preocupante em relação à presença de valores cívicos. O cenário mais positivo foi percebido nos dados de autoavaliação dos respondentes de interesse por política, embora sem respaldo atitudinal forte. Isso foi verificado quando os entrevistados foram questionados sobre por qual meio de informação eles obtinham notícias sobre a esfera política (informação via rádio, televisão e mídia impressa), situação em que apenas a televisão obteve níveis significativos. Dessa maneira, as conclusões da primeira etapa da análise empírica descrevem a situação da cultura política de Porto Alegre como de continuidade em relação a determinadas características históricas (voto personalista e distanciamento político).

Tais resultados de continuísmo tornam claros os obstáculos que ainda permanecem em relação à construção de uma cidadania mais interessada e cívica, ou seja, que forneça uma base social de apoio à instauração do sistema democrático. Esses resultados não colocam em dúvida a estabilidade ou a manutenção do sistema democrático, mas, sim, sua falha institucional em construir um cenário positivo que permita que a cultura política se desenvolva de maneira mais cívica.

A continuidade de uma cultura política de voto personalista, distante e não muito interessada pela política, deriva de um conjunto maior de fatores do que aqueles históricos. Conforme enfatizado no referencial teórico, essas características também são resultantes da própria ineficiência do sistema político. Se, por sua vez, a teoria argumenta que valores institucionais são relevantes na formação da cultura política, a tese enfatiza a questão de como a instauração do sistema democrático e seus processos estão ocorrendo na formação da cultura política das pessoas.

A análise na segunda etapa empírica considera os resultados provenientes das regressões múltiplas, e compreende o período entre 1985 e 2013¹².

Tal análise permitiu verificar a direcionalidade e a causalidade entre as variáveis estudadas, assim testando a hipótese central da tese. Isto é, observa-se que, embora baixos, os níveis de interesse político, interesse pelo voto e importância dos partidos políticos podem ser de alguma maneira explicados pela participação e identificação das pessoas em espaços convencionais de participação e identificação partidária. Dessa forma, a análise permitiu observar e comparar se, após 1985, variáveis vinculadas à democracia procedimental analisadas podem ser empregadas como preditoras de uma cultura mais interessada e partidária.

12 Por questões metodológicas, o ano de 1968 não foi incorporado às regressões.

A regressão múltipla iniciou avaliando a existência de direcionalidade na associação entre as variáveis. Confirmada a hipótese central de que a direcionalidade entre os dados transcorre das variáveis de participação e identificação política para as de cultura política, o passo seguinte foi analisar a significância estatística das correlações e os resultados da regressão para cada *survey*. Os resultados conclusivos provenientes das regressões múltiplas estão sintetizados no quadro abaixo.

	Interesse por Política	Importância do Voto	Dimensão do Voto
Identificação Partidária	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013
Participação em Comícios	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013
Participação em Reuniões	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013

Quadro 4- Capacidade explicativa das variáveis analisadas*

Fonte: elaborado pela autora.

*Os dados destacados dizem respeito aos anos em que houve explicação causal entre as variáveis.

Como se pode observar, os resultados da regressão múltipla reenfocam um cenário preocupante em Porto Alegre. O cenário é preocupante porque os resultados revelam não existir um padrão causal explicativo entre as variáveis. Com relação às variáveis independentes no interesse por política, com exceção a 1985, duas das três variáveis empregadas sempre se mostraram relevantes. Considerando como critério de análise o tempo em questão, a variável mais significativa foi a de participação em reuniões, presente em 1985, 2005 e 2013. Todavia, os resultados não permitem indicar um padrão.

No que tange à causalidade entre as variáveis independentes na importância do voto, a participação em comícios pouco aparece como variável explicativa em comparação às demais variáveis. Os resultados considerando as variáveis de identificação partidária e de participação em reuniões se mostraram relevantes para 2000, 2005, e 2013. Para a última variável dependente, dimensão do voto, observa-se o resultado mais diferenciado, isso por ela não ser explicativa em nenhum ano para a variável dependente. A relação entre identificação partidária e voto personalista apresenta relação causal nos períodos abrangidos pelas últimas quatro *surveys* (1996 a 2013).

Esses resultados destacam o continuísmo em relação a uma cultura política personalista e distante, cultura essa caracterizada pela baixa adesão política das pessoas nas esferas de participação. Esses resultados correspondem a práticas que perpassam pela história da cultura política da cidade de Porto Alegre e que indicam que o processo de democratização necessita ser repensado.

O resultado obtido das correlações aceita o argumento de que a participação ativa dos eleitores em atividades políticas formais (sobretudo eleitorais), perpetuada

durante décadas, está relacionada à construção de uma cidadania cívica. Isso porque a presença, a identificação e a participação dos eleitores em atividades partidárias formais se mostraram ser variáveis explicativas, embora baixas, do posicionamento das pessoas em relação à importância do voto e ao voto partidário. Isso aprofunda o debate empírico acerca da forma como os cidadãos de Porto Alegre percebem fatores relacionados ao seu sistema político, como o debate teórico sobre cultura política e democracia.

Os objetivos alcançados demonstram o quanto é importante a produção, o incentivo e a manutenção de pesquisas de opinião sobre cultura política ao longo dos anos, assim como o questionamento e o debate sobre a forma como a implementação dos procedimentos democráticos está ocorrendo em uma sociedade e a forma como isso está sendo percebido pelos cidadãos. Assim é possível avaliar quais dos mecanismos procedimentais são positivos na formação de uma cultura cívica que dê mais respaldo à formação de um sistema democrático consistente em termos sociais e institucionais, situação que indica que novas hipóteses devem ser elaboradas sobre o tema. Entre essas hipóteses deve constar a de que a participação ativa dos eleitores em atividades políticas formais (sobretudo eleitorais), quando mantida durante o período, isso incrementa a formação de uma cultura política cívica de apoio ao sistema político. Assim, a presença, a identificação e a participação dos eleitores em atividades partidárias formais devem ser consideradas mecanismos de socialização política.

Uma vez que os resultados respaldam esse argumento, ao demonstrar que existe relação entre as variáveis exploradas, suscita-se a relevância de se avaliar de que forma esses resultados estão sendo implementados. Não há dúvida de que as instituições políticas e seus espaços de participação servem de agente socializadores, mas o caso de Porto Alegre indica que apenas a ação desses agentes não é suficiente para impactar a cultura política das pessoas. Os resultados do artigo evidenciam que o modelo de democracia brasileira ainda encontra grandes obstáculos e que a implementação da sua estrutura institucional necessita ser repensada. Tais resultados introduzem três pontos ao debate: i) a necessidade de serem materializados mais estudos empíricos sobre essa temática, estudos que permitam, sobretudo, introduzir mais variáveis no debate; ii) a importância da evolução histórica das sociedades na compreensão da cultura política dos seus habitantes; e iii) a relevância da teoria da cultura política e dos conceitos de socialização e participação para compreender e descrever os obstáculos à implementação da democracia em dias contemporâneos.

O esforço empreendido no estudo pode ser observado como uma das poucas tentativas empíricas e longitudinais, no que tange à análise de regularidades e de padrões de atitudes, de valores e de comportamentos políticos, que considera alguns dos fatores institucionais da democracia. Os resultados sugerem a necessidade de continuidade, não somente do caso porto-alegrense, mas de outras localidades e em nível nacional, fornecendo, assim, elementos de comparação mais amplos e de caráter mais propositivo e de incidência na realidade. Isso é importante tanto para a

compreensão e o estudo da cultura política, quanto para a constituição de sistemas democráticos.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel. *A discipline divided schools and sects in political science*. London: Sage, 1990.

ALMOND, Gabriel. *Political development*. Boston: Little Brown, 1970.

ALMOND, Gabriel. Political science: the history of the discipline. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.). *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ALMOND, Gabriel. Political theory and political science. *American Political Science Review*, v. 60, n. 4, p. 869-879, dez. 1966.

ALMOND, Gabriel. Um método funcional para o estudo da política comparada. In: ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James. *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora F. Bastos, 1969. p. 13-68.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture revisited*. Newbury Park, London; New Delhi: Sage, 1989.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park, London; New Delhi: Sage, 1963.

BAGEHOT, Walter. *The English Constitution*. 1873. Disponível em: <<http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/bagehot/constitution.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BAQUERO, Marcello (Org.). *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre, RS; Canoas, RS: Editora da UFRGS/ Centro Educacional La Salle, 1998.

BAQUERO, Marcello. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, Marcello. *Culturas(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011. p. 13-24.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2000.

BAQUERO, Marcello. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1997.

BAQUERO, Marcello. *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

BAQUERO, Marcello. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1994. p. 26-41.

BAQUERO, Marcello (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura*

política. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1996.

CASTRO, Henrique Carlos. *Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não democrático*. 2000. Disponível em: <<http://www.artmed.com.br/gramsci>>. Acesso em: 21 out. 2013.

CORNWALL, Andrea; ROMANO, Jorge; SHANKLAND, Alex. *Brazilian experiences of participation and citizenship: a critical look*. In: discussion paper 389, IDS (Institute of Development Studies), dec. 2008. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/Dp_389.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CULLELL, Jorge V.; O'DONNELL, Guillermo; IAZZETTA, Ozvaldo. *The quality of democracy*. Chicago: University of Notre Dame, 2002.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Madri: Alianza Universidad, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, Ronald. Changing values, economic development and political change. *International Social Science Journal*, n. 145, p. 379-404, set. 1995.

INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies. *American Political Science Review*, v. 65, n. 4, p. 991-1017, dec. 1971.

INGLEHART, Ronald. *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald; WAYNE, Baker. Modernization, cultural change and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, p. 19-51, fev. 2000.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Verbena, 2009.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAWY, Robert; BIESTA, Gert. Citizenship as practice. The educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Education Studies*, v. 454, p. 34-50, 2006.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, fev. 2008.

MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Editora da USP, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

NORRIS, Pippa. The growth of critical citizens? In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 1-30.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. *Transitions from*

authoritarian rule: Southern Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

O'DONNELL, Guillermo; CULLELL, Jorge V.; IAZZETTA, Ozvaldo. *The quality of democracy*. Chicago: University of Notre Dame, 2002.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POLITY IV PROJECT. *Political regime characteristics and transitions, 1800-2013*. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RID (Rede Interamericana para a Democracia). Índice de participação cidadã na América Latina: relatório regional. 2002. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/393_arquivo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

SKOGEN, Rochelle. The missing element to achieving citizenship as practice: Balancing freedom and responsibility in schools today. *Interchange*, v. 41, n. 1, p. 17-43, 2010.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). *Eleições 2010*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>>. Acesso em: 12 maio 2014.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-on. *Participation and political equality: a seven-nation comparison*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-on. *The models of democratic participation: a cross-national comparison*. Beverly Hills: Sage, 1971.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H. *Participation in America: political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, Sidney; SCHOLZMAN, Kay; BRANDY, Henry. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

ANEXO 1

Interesse por política

	1985		1996		2000		2005		2013	
	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig
Identificação partidária	0.076	.047	0.248	.000	0.242	.000	0.091	.022	0.134	.010
Participação em comícios	0.128	.002	0.164	.002	0.301	.000	0.176	.000	0.144	.006
Participação em reuniões	0.157	.000	0.159	.003	0.197	.000	0.101	.013	0.196	.000

Tabela 1- Correlação: Interesse Político*

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões políticas	.025	0.01	.157	.000

Tabela 2-Regressão para 1985

Fonte: banco de dados NUPESAL/ NUPERGS, 1985.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.068	.000	.248	.000
Participação em comícios	.077	.000	.228	.000

Tabela 3- Regressão para 1996

Fonte: banco de dados NUPESAL, 1996.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em comícios	.091	.000	.301	.000
Identificação partidária	.117	.000	.253	.000
			.170	

Tabela 4- Regressão para 2000

Fonte: banco de dados NUPESAL, 2000.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em comícios	.031	.000	.176	.000
Participação em reuniões	.042	.000	.178	.000

Tabela 5- Regressão 2005

Fonte: banco de dados NUPESAL, 2005.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões	.038	.001	.196	.000
Identificação partidária	.054	.000	.190	.000

Tabela 6- Regressão para 2013

Fonte: banco de dados da tese.

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Sim (6.8%)	Sim (11.7%)	Não	Sim (5.4%)
Participação em comícios	Não	Sim (7.7%)	Sim (9.1%)	Sim (3.1%)	Não
Participação em reuniões.	Sim (2.5%)	Não	Não	Sim (4.2%)	Sim (3.8%)

Tabela 7- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para o Interesse por política

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

5.2.2. Importância do voto

	1985		1996		2000		2005		2013	
	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig
Identificação partidária	0.01	.414	0.093	.059	0.293	.000	0.179	.000	0.229	.000
Participação em comícios	0.057	.109	0.171	.002	0.288	.000	0.128	.002	0.140	.009
Participação em reuniões	0.092	.022	0.081	.088	0.243	.000	0.249	.000	0.130	.014

Tabela 8- Correlação: Importância do voto*

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões	.009	0.045	.092	.000

Tabela 9- Regressão para 1985

Fonte: banco de dados NUPERGS, 1985.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em comícios	.029	.004	.171	.000

Tabela 10- Regressão para 1996

Fonte: banco de dados NUPESAL, 1996.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.086	.000	.293	.000
Participação em comícios	.132	.000	.230	.000
			.224	
Participação em reuniões	.140	.000	.216	.000
			.181	

Tabela 11- Regressão para 2000

Fonte: banco de dados NUPESAL, 1996.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões	.062	.000	.249	.000
Identificação partidária	.099	.000	.260	.000
			.194	

Tabela 12- Regressão para 2005

Fonte: banco de dados NUPESAL, 2005.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.053	.000	.229	.000
Participação em reuniões	.066	.000	.223	.000

Tabela 13- Regressão para 2013

Fonte: banco de dados da tese, recolhidos em 2013.

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Não	Sim (8.6%)	Sim (9.9%)	Sim (5.3%)
Participação em comícios	Não	Sim (2.9%)	Sim (13.2%)	Não	Não
Participação em reuniões.	Sim (0.9%)	Não	Sim (14%)	Sim (6.2%)	Sim (6.6%)

Tabela 14- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para a importância do voto

Fonte: bancos de dados NUPERGS/NUPESA

5.2.3. Dimensão do voto

	1985		1996		2000		2005		2013	
	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig
Identificação partidária	.091	.039	.294	.000	.349	.000	.230	.000	.123	.017
Participação em comícios	.139	.003	.097	.059	.247	.000	.230	.000	.017	.385
Participação em reuniões	.108	.018	.127	.020	.182	.000	.037	.217	.006	.457

Tabela 15- Correlação: Dimensão do voto

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participa de comícios	.019	.007	.139	.000

Tabela 17- Regressão para 1996

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 1996.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.122	.000	.349	.000
Participação em comícios	.146	.000	.303	.000

Tabela 18- Regressão para 2000

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 2000.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.053	.000	.230	.000
Participação em comícios	.077	.000	.167	.000
			.167	.001

Tabela 19- Regressão para 2005

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 2005.

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.015	0.03	.123	.000

Tabela 20- Regressão para 2013

Fonte: banco de dados da tese.

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Sim (8.6%)	Sim (12%)	Sim (5.3%)	Sim (2.5%)
Participação em comícios	Sim (1.9%)	Não	Sim (15%)	Sim (7.7%)	Não
Participação em reuniões.	Não	Não	Não	Não	Não

Tabela 21- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para a dimensão do voto*

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-023-0

